

E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social?

NATÁLIA ALVES

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

nalves@fpce.ul.pt

RESUMO:

O termo empregabilidade tem vindo a impor-se como uma categoria universal de análise do mercado de trabalho, como um referente hegemónico das políticas de emprego e, mais recentemente, das políticas educativas. A sua introdução nos discursos educativos oficiais corresponde a uma alteração no paradigma por que se têm orientado as políticas sociais e inscreve-se numa lógica de individualização e responsabilização individual e na tendência crescente para a privatização dos problemas sociais. Mas a empregabilidade legítima, também, o reforço das fileiras profissionalizantes destinadas a todos e de medidas específicas destinadas a alguns: aos jovens das classes populares, com trajectórias escolares de insucesso e em risco de abandono escolar. Neste artigo, pretendemos demonstrar que, em Portugal, a profissionalização do sistema educativo é o resultado de uma política voluntarista do Estado que não encontra eco num tecido empresarial que continua a apostar nos baixos custos da mão-de-obra como factor de competitividade ao mesmo tempo que relega para um plano secundário a discussão do seu papel na (re)produção social e na criação de formas “doces” de exclusão.

PALAVRAS-CHAVE:

empregabilidade, desigualdades sociais, formação inicial e inserção profissional.

INTRODUÇÃO

A introdução da palavra “empregabilidade” nos discursos políticos corresponde a uma mudança de paradigma que importa esclarecer antes de analisar a forma como o sistema educativo português responde ao que tem vindo a ser identificado como a necessidade de aumentar a empregabilidade dos jovens. Colocar a empregabilidade no centro das políticas educativas corresponde a uma mudança no debate sobre a educação e sua relação com a sociedade em geral e a economia em particular. Até às crises dos anos setenta, a educação era concebida como um instrumento fundamental para diminuir as desigualdades sociais e como uma condição indispensável para assegurar o crescimento económico. O aumento do desemprego, em particular do desemprego juvenil, traz para a agenda política a discussão sobre o seu papel no combate a este fenómeno e está na origem da profissionalização dos sistemas educativos. A introdução recente do termo empregabilidade nos discursos educativos corresponde a uma alteração no paradigma por que se têm orientado as políticas sociais e inscreve-se numa lógica de individualização e responsabilização individual e na tendência crescente para a privatização dos problemas sociais. Mas a empregabilidade legítima, também, o reforço das fileiras profissionalizantes destinadas a todos e de medidas específicas destinadas a alguns: aos jovens das classes populares, com trajectórias escolares de insucesso e em risco de abandono. Neste artigo, pretendemos demons-

trar que em Portugal a profissionalização do sistema educativo é o resultado de uma política voluntarista do Estado que não encontra eco num tecido empresarial que continua a apostar nos baixos custos da mão-de-obra como factor de competitividade ao mesmo tempo que relega para um plano secundário a discussão do seu papel na (re)produção social e na criação de formas “doce” de exclusão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE EMPREGABILIDADE

O termo empregabilidade tem vindo a impor-se como uma categoria universal de análise do mercado de trabalho, como um referente hegemónico das políticas de emprego e, mais recentemente, das políticas educativas. Como muitas outras palavras hoje em voga¹, também esta é objecto de um consenso semântico generalizado que dispensa, à partida, qualquer tipo de definição. No entanto, este consenso é apenas aparente. A polissemia da noção de empregabilidade está patente nas diferentes definições produzidas no campo científico, nos usos que decorrem da sua utilização enquanto categoria de acção das políticas de emprego² e nos significados que lhe são atribuídos, por exemplo, nos documentos produzidos no âmbito da Comissão Europeia e da OCDE³. Os objectivos que orientam a nossa reflexão levam-nos a debruçarmo-nos exclusivamente sobre a genealogia do conceito e os seus significados científicos, seguindo de perto os trabalhos de Gazier

(1990, s/d). Este autor identifica sete noções diferentes de empregabilidade: *empregabilidade dicotômica*, *empregabilidade sócio-médica*, *empregabilidade como política da força de trabalho*, *empregabilidade fluxo*, *empregabilidade como performance esperada no mercado de trabalho*, *empregabilidade de iniciativa* e *empregabilidade interactiva*.

A *empregabilidade dicotômica* tem origem no início do século XX nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha e era usada, pelos serviços públicos, para classificar as pessoas que se apresentavam no mercado de trabalho ou solicitavam assistência pública em duas categorias: os empregáveis e os “inempregáveis”. A primeira categoria englobava todos aqueles que podiam ou queriam trabalhar; a segunda integrava os que não podiam trabalhar em virtude de constrangimentos vários sendo, por isso, candidatos a beneficiários da segurança social. Na prática, tratava-se, nas palavras de Gazier (s/d, p. 10) de um “instrumento elementar de partição dos pobres e de gestão de uma situação de urgência”.

Os anos cinquenta e sessenta definem temporalmente a emergência de três novas noções de empregabilidade que têm em comum uma abordagem quantitativa dessa mesma empregabilidade, mantendo intacto o grupo social de referência: os desempregados⁴. A *empregabilidade sócio-médica* é a primeira a surgir, nos anos cinquenta, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Alemanha e pretende medir, através da aplicação de baterias de testes, a distância entre as características físicas, cognitivas e mentais de quem procura emprego e os requisitos associados a um determinado emprego. A *empregabilidade como política da força de trabalho*, desenvolvida nos Estados Unidos, a partir dos anos sessenta não é mais do que uma extensão da empregabilidade sócio-médica. A avaliação das distâncias entre os requisitos associados a um determinado emprego e os atributos individuais, incorpora, agora uma outra dimensão: a aceitabilidade social. Nesta perspectiva, a empregabilidade designa, segundo Gazier (1990, p. 579) “a atratividade de um indivíduo aos olhos de um empregador, apreciada através dos resultados dos testes que combinam a avaliação de aptidões e de comportamentos e privilegiam a integridade profissional”. Comum a estas duas noções está uma concepção estritamente individual da empregabilidade, assen-

te numa lógica que se organiza em torno da ideia de défice de aptidões. Em contrapartida, a *empregabilidade fluxo*, de origem francesa⁵, apresenta-se como uma alternativa às abordagens individualistas centradas na oferta de trabalho, dominantes até então. A empregabilidade à francesa, como a designa Gazier (1990), focaliza-se nas condições globais da procura de trabalho. Ela corresponde às probabilidades diferenciais de saída do desemprego, segundo as características sócio-demográficas clássicas e as condições gerais da economia. Esta concepção de empregabilidade, que contempla ainda dois tipos conceptualmente distintos – *empregabilidade média*⁶ e *empregabilidade diferencial*⁷ – toma como unidade de análise o grupo de desempregados e não o desempregado individual. Ao colocar a tónica nos determinantes colectivos do desemprego, esta concepção de empregabilidade estabelece uma rotura com a perspectiva psicologizante de pendor deficitário que enforma as outras noções para se inscrever numa perspectiva sócio-económica que tem em conta os ciclos económicos e a forma como os modos de regulação dos mercados de trabalho afectam, diferenciadamente, categorias distintas de trabalhadores.

A partir dos anos oitenta, desenvolvem-se três novas formulações do conceito de empregabilidade. O aumento do desemprego conduz à criação de um vasto número de medidas e de programas no quadro das políticas públicas de emprego. Neste novo contexto, a empregabilidade transforma-se, segundo Barbier (2000), numa categoria de acção dos organismos e dos operadores das políticas de emprego, no quadro da gestão do desemprego de massas e num indicador para avaliar a sua eficácia. A *empregabilidade como performance esperada no mercado de trabalho* surge, assim, como uma noção descritiva, usada internacionalmente, para avaliar o sucesso ou fracasso de uma medida de política de emprego ou de formação⁸, através do cálculo do tempo dispendido até à obtenção de um emprego, do número de dias de permanência nesse emprego e da remuneração auferida. Esta noção de empregabilidade, de cariz marcadamente instrumental, é sinónimo da “capacidade para obter um rendimento no mercado de trabalho” (Gazier, s/d, p. 11).

Nos finais da década de oitenta, surgem duas outras noções de empregabilidade que, uma vez

mais, reflectem a querela que opõe os que defendem uma análise da empregabilidade que tome em linha de conta as dinâmicas sócio-económicas e os que a concebem como um atributo individual, quase ontológico. A *empregabilidade de iniciativa* inscreve-se, precisamente, nesta última tendência que tem sido dominante e que ganha um novo fôlego com a difusão da ideologia neoliberal em particular nos Estados Unidos e no Reino Unido. Definida por Gazier (s/d, p. 11) como “as capacidades individuais para ‘vender’ as qualificações no mercado de trabalho”, esta concepção coloca uma vez mais a tónica no trabalhador individualmente considerado. Trata-se, como o mesmo autor defende, de desenvolver a criatividade e a responsabilidade individuais e a capacidade para construir e mobilizar os recursos sociais, indispensáveis para manter um emprego ou para obter um novo. Aos trabalhadores não lhes basta, como há algumas décadas atrás, realizar as tarefas que lhes são exigidas. Eles têm agora de se investir objectiva e subjectivamente no trabalho, de adquirir capacidades de empregabilidade vendáveis no mercado de trabalho, de se tornar empresários de si. A empregabilidade de iniciativa é, assim, uma característica de indivíduos atomizados e flexíveis, capazes de se deslocar entre empregos, num mercado de trabalho cada vez mais desregulado. A *empregabilidade interactiva*, por seu turno, é originária do Canadá e, embora mantenha a ênfase no indivíduo e nas suas capacidades, admite que a empregabilidade individual não pode ser dissociada dos modos de funcionamento do mercado de trabalho. Neste sentido, a empregabilidade não é um estado, mas um processo que se constrói na interacção entre as estratégias e os recursos individuais, por um lado, as dinâmicas macro-económicas e as estratégias empresariais, por outro.

No entanto, apesar de existir um consenso formal em torno da concepção interactiva da empregabilidade, e de no campo científico se desenvolvem abordagens que operacionalizam as diferentes dimensões deste conceito⁹, o que é um facto é que, o aumento do desemprego, o seu carácter estrutural e a consolidação do pensamento neoliberal têm contribuído para a manutenção e mesmo para o reforço da perspectiva individual da empregabilidade. McQuaid e Lindsay (2005, p. 205) referem-se, precisamente a esta tendência, quando afirmam

que “a interactividade, supostamente no centro do conceito, parece estar a ser substituída por um enfoque singular no indivíduo e no que pode ser designado por competências de empregabilidade”. A crítica à hegemonia que a concepção individual da empregabilidade tem vindo a assumir é também partilhada por sociólogos como Charlot e Glassman (1998) e Ebersold (2001). Para estes autores, esta hegemonia inscreve-se num processo mais geral de individualização e de responsabilização individual a que se referem numerosos sociólogos (Beck, 2001; Dubet & Martucelli, 1996; Ehrenberg, 1991, 1995; Giddens, 2001) e que tem como corolário o que Wallace e Kovatcheva (1998) designam por uma crescente privatização dos problemas sociais.

Desde sempre associada à questão do desemprego, a empregabilidade individual assume agora uma nova centralidade face à necessidade de gerir um desemprego estrutural de massas e à incapacidade e impossibilidade dos governos nacionais para criar emprego. Sem poderem intervir directamente sobre a oferta, eles vêem o seu campo de intervenção reduzido a acções que incidem quase exclusivamente sobre o lado da procura, quer sob a forma de políticas de emprego quer de educação-formação. Actuar sobre a melhoria da empregabilidade individual surge como a única resposta política possível, no quadro do ideário neoliberal, para gerir um desemprego de massas que assume contornos paradoxais. Ele é concomitante com o aumento generalizado das qualificações escolares (Beck, 2001; Canário, 2005; Castel, 1999); atinge não só os detentores de baixos níveis de habilitação escolar, mas também os mais qualificados dos qualificados e, deixa de ser o resultado da ausência de crescimento económico para se tornar inerente ao próprio modelo de crescimento económico, como Boltanski e Chiapello (1999) tão bem demonstraram e os lucros das grandes empresas nacionais e multinacionais não param de confirmar. A aceitação da inevitabilidade do desemprego como condição indispensável ao crescimento das economias nacionais e das taxas de lucro das empresas vai a par com a difusão de um discurso que não cessa de “culpabilizar as vítimas” e onde a empregabilidade é o termo que lhe confere a necessária legitimidade científica e que ofusca os interesses, estruturalmente antagónicos, entre capital e trabalho. Com efeito,

explicar o desemprego por via, exclusiva, da ausência de competências de empregabilidade é ocultar os efeitos sociais e económicos desta nova fase de acumulação capitalista. Assim, num contexto onde impera a penúria de emprego e uma crescente flexibilização da relação salarial, colocar o ónus do desemprego nos desempregados e explicá-lo por via da sua reduzida empregabilidade é mistificar um problema, por definição complexo, cuja resolução não se compadece nem com medidas compensatórias nem com medidas paliativas.

AUMENTAR A COMPETITIVIDADE, COMBATER O DESEMPREGO E A EXCLUSÃO SOCIAL, MELHORAR A EMPREGABILIDADE

Em Portugal, o termo empregabilidade tem estado, principalmente reservado ao “tratamento” dos desempregados, em geral, e dos desempregados de longa duração em particular, sendo por isso uma constante nas medidas de política pública de emprego-formação, destinadas a este grupo alvo. Já no domínio educativo, a sua inclusão na retórica discursiva oficial é muito mais recente e marginal. Melhorar a empregabilidade dos jovens surge actualmente a par de três outros grandes objectivos definidos para a educação no nosso país: aumentar a competitividade, combater o desemprego e a exclusão social. Estes objectivos, reiterados pelos vários governos nas últimas décadas, independentemente da sua filiação política, colocam no centro da agenda e do debate políticos a relação entre educação e trabalho, a qual ganha uma actualidade renovada com a manutenção do problema estrutural do desemprego.

Em Portugal, esta sempre foi uma relação conturbada. Materializada nos cursos do ensino técnico até à Revolução de 1974, ela foi e continua a ser o resultado de uma política voluntarista do Estado com pouco eco numa classe empresarial que não privilegiava a formação profissional nem inicial nem contínua (Grácio, 1986)¹⁰ e que, nos dias de hoje, continua a apostar nos baixos salários como principal factor de competitividade económica. Mas ela foi também um instrumento essencial para responder, a partir da década de sessenta, ao aumento da procura social de educação por parte da classe média e de algumas franjas do operariado, mantendo

intacto o processo de recrutamento e formação das elites nacionais¹¹. Via de escolarização por excelência das classes populares, o ensino técnico é extinto na segunda metade da década de setenta, fruto da revolução em curso e do movimento de unificação do ensino que esteve na origem do *collège* em França e da *comprehensive school* no Reino Unido.

O início dos anos oitenta marca um novo ciclo nas políticas educativas em Portugal e uma alteração na forma de conceber o papel da educação. Se até às crises económicas dos anos setenta, a educação era entendida como um instrumento no combate às desigualdades sociais e uma condição indispensável para assegurar o crescimento económico, com o aumento do desemprego juvenil vê-se investida de um novo papel: o de contribuir para a diminuição do desemprego. A reintrodução de fileiras profissionalizantes nos países onde tinham sido extintas e o seu reforço nos restantes são legitimados, do ponto de vista político, pela necessidade de aumentar a competitividade das economias europeias e principalmente, pela necessidade de combater o desemprego juvenil. Fazendo tábua rasa dos conhecimentos produzidos nos campos da economia e da sociologia¹², o desemprego é explicado nos discursos políticos e nalguns discursos produzidos no campo científico como o resultado das deficiências do sistema educativo que: não incute nos jovens um sistema de disposições favoráveis ao trabalho (Furlong, 1988); não desenvolve as competências necessárias à sua inserção na vida activa (Finn, 1985); ministra uma formação que é acusada de ser demasiado académica e pouco relevante em termos profissionais (Finn, 1984; Sherman, 1991). Portugal não foge a esta tendência pelo que a reintrodução da fileira profissionalizante no nosso país ou a flexibilização externa do sistema educativo, como lhe chama Correia (1999), vai reproduzir os argumentos dominantes: dar resposta à necessidade de aumentar a competitividade da economia nacional e de combater o desemprego juvenil explicado pela falta de qualificação profissional dos jovens.

As críticas ao retorno a uma concepção instrumental e gestonária da educação fazem-se imediatamente sentir quer em Portugal quer nos restantes países europeus onde se assistiu a uma progressiva subordinação da educação aos interesses económicos. No essencial, estas críticas organizam-se em

torno de três tipos de argumentos distintos: políticos, educativos e económicos.

Do ponto de vista político, critica-se quer a subordinação da educação à economia quer a concepção fragmentada do actor social em que se valoriza a formação do trabalhador como se este papel fosse autónomo relativamente ao do cidadão (Correia, Stoleroff & Stoer, 1993). Critica-se ainda a deslocação do *locus* da discussão do conceito de igualdade de oportunidades do universo educativo para o mundo do trabalho (Alves *et al.*, 2001). A igualdade de oportunidades deixa de ser uma referência central da política educativa sendo substituída pela igualdade de oportunidades na obtenção de um emprego.

No plano educativo, fazem-se ouvir críticas ao carácter socialmente discriminante destas ofertas formativas que tendem a transformar-se em *ghetos* habitados por jovens das classes populares marcados por trajetórias escolares de insucesso (Alves *et al.*, 2001; Combes, 1988; Grácio, 1991; São Pedro *et al.*, 2002) o que lhes confere um estatuto de segunda oportunidade no interior do sistema educativo e que se perpetua no mercado de trabalho com os seus detentores a terem proporcionalmente menores oportunidades de promoção na carreira do que os seus colegas universitários, a terem mais probabilidades de ficar desempregados e de obter uma menor rendibilidade dos seus diplomas (Grácio, 1997; Portugal, 2004)¹³. O carácter socialmente selectivo e, nalguns casos estigmatizante, destas ofertas educativas foi recentemente reforçado com a criação dos currículos alternativos e dos cursos de educação formação na escolaridade obrigatória. Elegendo como público-alvo os jovens em risco de abandono escolar, estas modalidades, que apresentam como objectivos combater a exclusão social e aumentar a empregabilidade, vêm introduzir percursos diferenciados no ensino básico, legitimados à luz da ideologia da inclusão (Correia, 1999). Ao fazê-lo, elas estão a contribuir para a uma nova reformulação semântica da noção de igualdades de oportunidades que deixa de ter como referente um ensino igual para todos para passar a consagrar a ideia de um ensino diferente para capacidades diferentes. Mas estas modalidades, que se inscrevem num processo de flexibilização interna do sistema educativo (Correia, 1999), são também uma das faces visíveis da exclusão doce a que se refere Dubet

e a prova de que uma educação orientada para o trabalho, que diminua os riscos de exclusão e aumente a empregabilidade, é algo que se destina aos que não possuem as competências cognitivas que lhes permita seguir um curriculum “normal” e que, por acaso, são, na sua quase totalidade, oriundos das classes populares e das minorias étnico-culturais.

Do ponto de vista económico, alguns estudos produzidos no domínio da economia da educação, como é o caso do trabalho realizado por Corson (1991), demonstram que os elevados custos indexados aos cursos profissionalizantes, quando comparados com os da formação geral, não têm o retorno esperado no que respeita ao aumento da produtividade individual concluindo que, em termos económicos, eles são comparáveis aos da formação geral. Outras investigações corroboram a tese de que este tipo de formação não aumenta as vantagens comparativas destes jovens no mercado de trabalho. Dois estudos realizados sobre a inserção na vida activa de jovens que concluíram o ensino secundário (São Pedro *et al.*, 2002) e acções de formação profissional inicial (Carimbo, 2001) demonstram que não existe uma diferença significativa na situação face ao desemprego, uma vez que: dos jovens que frequentaram os cursos gerais do ensino secundário, 18% estava desempregado; dos que frequentaram os cursos tecnológicos, 19% encontrava-se no desemprego; entre os que concluíram cursos profissionais a taxa de desemprego era de 15% e dos que concluíram acções de formação profissional inicial, 17% tinha o estatuto de desempregado. Outros ainda, centrados nas estratégias de recrutamento (Moreno, 1998) mostram que os empresários portugueses continuam a privilegiar o recrutamento dos jovens menos qualificados, portadores de qualificações de nível I e II e que a formação geral, a capacidade de aprendizagem e as capacidades motivacionais (empenhamento e esforço) e comportamentais (assiduidade, pontualidade, respeito pelas hierarquias) são critérios de selecção mais valorizados do que a formação de matriz profissionalizante.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Que conclusões retirar do que acabámos referir?

Em primeiro lugar, que em Portugal persiste um modelo de especialização económica que continua

a construir as suas vantagens competitivas nos baixos custos da força de trabalho. Em segundo lugar, que as estratégias de recrutamento das empresas, ao valorizarem o perfil motivacional e comportamental dos trabalhadores, estão, no essencial, a privilegiar a sua capacidade de se investir subjetivamente no trabalho, capacidade essa que é simultaneamente sinónimo de empregabilidade e de permeabilidade às novas formas de exploração do trabalho. Em terceiro lugar, que se mantém inalterável a contradição entre a política educativa e as estratégias empresariais, a qual se traduz na contraposição entre a coincidência dos discursos políticos e empresariais, que atribuem o desemprego e a reduzida competitividade da economia à falta de

qualificação da mão-de-obra juvenil, e a discordância profunda ao nível das práticas sociais concretas. Em quarto lugar, que os discursos e as políticas, assentes na defesa de modalidades de formação profissionalizante, são marcados por uma forte carga ideológica que tendem a resistir a todas as evidências empíricas que os colocam em causa. Em quinto e último lugar, que estamos perante discursos e políticas que ocultam o papel destas modalidades de formação na reprodução das desigualdades sociais colocando a tónica em argumentos que se pretendem ideologicamente neutros como a competitividade económica, o combate ao desemprego e à exclusão social e, mais recentemente, no aumento da empregabilidade.

1. Estamos a pensar, concretamente, em palavras como exclusão social, flexibilidade ou aprendizagem ao longo da vida que são hoje uma presença constante nos discursos políticos nacionais e transnacionais e que dispensam qualquer definição prévia.

2. Sobre este tipo de estudos ver, por exemplo, para o caso francês, o artigo de Barbier (1994), e para os Estados Unidos e o Reino Unido o trabalho de McQuaid e Lindsay (2005).

3. Sobre este tipo de análise ver Pochet e Paternotte (1998).

4. Desde a sua génese que empregabilidade está associada à privação de emprego. A empregabilidade é, assim, uma questão que diz essencialmente respeito aos desempregados.

5. Esta noção de empregabilidade tem origem no trabalho pioneiro de Ledrut (1966).

6. Este tipo de empregabilidade está dependente da conjuntura económica (Gazier, 1990) na medida em que a probabilidade de encontrar um novo emprego, quando se está desempregado, aumenta em períodos de crescimento económico e diminui em conjunturas de recessão.

7. A empregabilidade diferencial remete para análise das desigualdades sociais e económicas que afectam determinados grupos de desempregados e que influenciam a probabilidade de aceder a um novo emprego (Gazier, 1990).

8. Em Portugal, esta noção de empregabilidade assume, frequentemente, a designação de taxa de empregabilidade e é um dos indicadores mais utilizados para avaliar a qualidade e a eficácia dos cursos de formação profissional inicial da responsabilidade do Ministério da Educação e/ou do Trabalho.

9. Ver por exemplo a proposta apresentada por Evans *et al.* (1999) apresentada no artigo de McQuaid e Lindsay (2005) e aquela que estes últimos autores apresentam no referido artigo.

10. A reduzida valorização da formação continua a ser uma característica dos empresários portugueses, confirmada por estudos mais recentes (Azevedo, 1999; Moreno, 1998).

11. Este processo consistia na frequência do liceu e, posteriormente da universidade.

12. Refiro-me concretamente às várias teorias

explicativas do desemprego juvenil como a teoria do ciclo, a teoria da concorrência ou da fila, a teoria estrutural e as teorias da segmentação do mercado de trabalho (Cf. Giret, 2000).

13. Registe-se que, de acordo com dados recentes, divulgados pelo Eurostat e pela ONU, Portugal é entre os países da EU (15) o segundo país onde a desigualdade na repartição dos rendimentos é maior. A enorme dispersão salarial registada no nosso país e a elevadíssima rendibilidade individual do diploma do ensino superior, a par do estigma social que acompanha estas modalidades contribuem para explicar a reduzida atracção que elas exercem sobre a população discente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N.; ALMEIDA, A. J.; FONTOURA, M. & ALVES, P. (2001). *Educação e Formação: Análise Comparativa dos sub-sistemas de qualificação profissional de nível III*. Lisboa: OEFP.
- AZEVEDO, J. (1999). *Inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho*. Lisboa: MTS/PEETI.
- BARBIER, J.-C. (1994). Le retour à l'emploi. *Informations Sociales*, 37, pp. 121-129.
- BARBIER, J.-C. (2000). *A propos des difficultés de traduction des catégories d'analyse des marchés du travail et des politiques de l'emploi en contexte comparatif européen*. CEE, Document de travail, 3.
- BECK, U. (2001). *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Éditions Flammarion.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPPELLO, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- CANÁRIO, R. (2005). *Multiplicar as oportunidades educativas*. Intervenção na sessão pública de apresentação do Programa Novas Oportunidades. Lisboa: Universidade de Lisboa, mimeo.
- CARIMBO, S. (2001). *Inserção profissional dos ex-formandos de acções de formação profissional inicial. Relatório Global - 1997/98*. Lisboa: CIME/DGEFP.
- CASTEL, R. (1999). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Gallimard.
- CHARLOT, B. & GLASMAN, D. (1998). Introduction.

- In B. CHARLOT. & D. GLASMAN (dirs.), *Les jeunes, l'insertion et l'emploi*. Paris: PUF, pp. 11-26.
- COMBES, M-C. (1988). *Alternance et insertion professionnelle*. Collection des Études, 36. Paris: Cereq.
- CORREIA, J. A. (1999). As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos. *Revista Portuguesa de Educação*, 12, 1, pp. 81-110.
- CORREIA, J. A., STOLEROFF, A. & STOER, S. (1993). A Ideologia da modernização no sistema educativo em Portugal. *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13, pp. 25-51.
- CORSON, D. (1991). *Education for work*. Clevedon: Open University Press.
- DUBET, R. & MARTUCELLI, D. (1996). *A l'école. Sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil.
- EBERSOLD, S. (2001). *La naissance de l'inemployable ou l'insertion aux risques de l'exclusion*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- EHRENBERG, A. (1991). *Le culte de la performance*. Paris: Hachette.
- EHRENBERG, A. (1995). *L'individu incertain*. Paris: Hachette.
- FINN, D. (1984). Leaving school and growing up: work experience in the juvenile labour market. In BATES et al., *Schooling for the dole?: the new vocationalism*. London: Macmillan. pp. 17-64
- FINN, D. (1985). The Manpower Services Commission and the Youth Training Scheme. In R. DALE (ed.), *Education, training and employment*. Oxford: Pergamon.
- FURLONG, C. (1988). But they don't want to work, do they? In D. RAFFE (ed.), *Education and the youth labour market*. London: Flamer Press. pp. 117-131
- GAZIER, B. (1990). L'employabilité: brève radiographie d'un concept en mutation. *Sociologie du Travail*, 4, pp. 575- 584.
- GAZIER, B. (s/d). *Assurance chômage, employabilité et marchés transnationnels du travail*. Paris: Université Paris 1/ Matisse.
- GIDDENS, A. (2001). *Modernidade e identidade social*. Oeiras: Celta.
- GIRET, J.-F. (2000). *Pour une économie de l'insertion professionnelle des jeunes*. Paris: CNRS Editions.
- GRÁCIO, S. (1986). *Política educativa como tecnologia social. As reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, S. (1991). Estado, ensino técnico e procura social de ensino. In AA.VV., *Novos Rumos para o ensino tecnológico e profissional. Actas da Conferência nacional*. Porto: ME/GETAP. pp. 91-102
- GRÁCIO, S. (1997). *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa.
- LEDROUT, R. (1996). *Sociologie du Chômage*. Paris: PUF.
- MCQUAID, R. W. & LINDSAY, C. (2005). The concept of employability. *Urban Studies*, 42, 2, pp. 197-219.
- MORENO, C. (coord.) (1998). *Os empresários e o mercado do primeiro emprego. Estratégias de recrutamento*. Porto: AIP.
- POCHET, P. & PATERNOTRE, M. (1998). "Employabilité" dans le contexte des lignes directrices de l'Union Européenne sur l'emploi. Bruxelles: Observatoire Social Européen.
- PORTUGAL, P. (2004). Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados. *Banco de Portugal/Boletim Económico*, 10, 2, pp.73-80.
- SÃO PEDRO, M. E. et al. (2002). *Formação de nível secundário e inserção profissional*. Lisboa: OPES/ME
- SHERMAN, R. (1991). Vocational education and democracy. In D. CORSON (ed.), *Education for work*. Clevedon: Open University Press.
- WALLACE, C. & KOVATCHEVA (1998). *Youth in society. The construction and deconstruction of youth in East and West Europe*. London: Macmillan Press.

